DESAFIOS DE ACESSO E CUIDADO EM SAÚDE MENTAL DAS PESSOAS TRANS E SUA INTERFACE COM A PSICOLOGIA: REVISÃO SISTEMÁTICA

CHALLENGES OF ACCESS AND CARE IN MENTAL HEALTH FOR TRANS PEOPLE AND THEIR INTERFACE WITH PSYCHOLOGY: SYSTEMATIC REVIEW

Ana Gabriela de Sá Barreto Castro[1]
Pedro Yuri da Paz Barbosa[2]
Maria Edhuarda Pires Alves[3]
Júlia Helen Cavalcante Portela[4]
Vilkiane Natercia Malherme Barbosa[5]

Resumo: o objetivo deste artigo consiste em identificar, por meio de revisão sistemática da literatura, os desafios relacionados ao acesso e ao cuidado em saúde mental das pessoas trans, conforme discutido no campo da Psicologia brasileira. A pesquisa foi conduzida a partir da diretriz PRISMA, utilizando a estratégia PICO para elaboração da pergunta norteadora e a aplicação de critérios de inclusão e exclusão. Considerando o recorte temporal de 2018 a 2024 nas bases SciELO, LILACS, PubMed e Periódicos CAPES, resultando na seleção final de oito estudos com abordagem empírica centrada na realidade brasileira. Os resultados evidenciam a permanência de práticas clínicas cisnormativas, discursos patologizantes e barreiras institucionais que impactam negativamente o vínculo terapêutico e a qualidade do cuidado ofertado. Em contrapartida, também foram identificadas práticas psicossociais afirmativas e iniciativas que apontam para formas mais éticas e inclusivas de atenção em saúde mental. A principal contribuição deste estudo está em evidenciar os estigmas que perpassam o cuidado psicológico de pessoas trans, analisando suas implicações ético-políticas, bem como os limites e possibilidades da atuação profissional na promoção de práticas afirmativas diante das desigualdades estruturais.

Palavras-chave: Revisão; pessoas trans; saúde mental; transexuais; psicologia.

Abstract: the objective of this article is to identify, through a systematic literature review, the challenges related to access to and access to mental health care for trans people, as discussed in the field of Brazilian Psychology. The research was conducted based on the PRISMA guideline, using the PICO strategy to develop the guiding question and apply inclusion and exclusion criteria. The timeframe, from 2018 to 2024, was used in the SciELO, LILACS, PubMed, and CAPES Journals databases, resulting in the final selection of eight studies with an empirical approach centered on the Brazilian context. The results highlight the persistence of cisnormative clinical practices, pathologizing discourses, and institutional barriers that negatively impact the therapeutic bond and the quality of care provided. Conversely, affirmative psychosocial practices and initiatives that point to more ethical and inclusive forms of mental health care were also identified. The main contribution of this study is to highlight the stigmas that permeate the psychological care of trans people, analyzing their ethical and political implications, as well as the limits and possibilities of professional action in promoting affirmative practices in the face of structural inequalities.

Keywords: Review; trans people; mental health; transsexuals; psychology.

[1] Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[2] Graduando em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[3] Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[4] Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Estácio do Ceará.
[5] Mestra e Doutora em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Formada em Psicologia e especialista em caráter de Residência em Saúde da Família/Atenção Básica pela Universidade Federal do Piauí. Docente do Centro Universidade Estácio do Ceará.

1 INTRODUÇÃO

Os desafios enfrentados pelas pessoas trans[6] no campo da saúde mental envolvem tanto barreiras no acesso aos serviços quanto experiências marcadas pelo despreparo profissional, discriminação e estigmatização, o que leva, muitas vezes, à evitação do cuidado, como evidenciado por Borgert *et al.* (2023). Apesar dos avanços promovidos pela Reforma Psiquiátrica Brasileira, persistem resquícios da lógica manicomial que influenciam negativamente o cuidado às expressões de gênero dissidentes (Zanello, 2014). Para alguns autores (Gonçalves; Trujillo, 2020; Avelar *et al.*, 2022; Carrijo *et al.*, 2020), a transfobia cultural presente na sociedade brasileira torna urgente a desconstrução das normas binárias como forma de resistência e enfrentamento à violência de gênero que afeta a população LGBTQIA+[7] (Silva Filho, 2021; Mello; Avelar; Maroja, 2012; Gonçalves, 2018; 2023).

A marginalização histórica dessa população no Brasil está diretamente associada à negligência estatal em garantir o acesso universal e equânime a direitos fundamentais como saúde, educação e trabalho, como discutem Oliveira e Romanini (2020) ao analisarem a invisibilidade dessas trajetórias nas políticas públicas de saúde. Embora o país disponha de um dos sistemas públicos de saúde mais abrangentes do mundo, o acesso dessa população aos serviços de saúde mental ainda é fortemente impactado por práticas cisnormativas, patologizantes e discriminatórias, que comprometem a integralidade e o acolhimento (Favero, 2022).

Essa exclusão também é apontada por Rodrigues Gonçalves e Meira (2025), ao identificarem um distanciamento entre os marcos normativos de inclusão social e sua aplicação prática, perpetuando barreiras institucionais e desigualdades estruturais. Tal cenário evidencia o descompasso entre a prática cotidiana nos serviços de saúde mental e os princípios éticos que orientam a Psicologia para um cuidado livre de discriminações, conforme previsto nas Referências Técnicas para Atuação de Psicólogas, Psicólogos e Psicólogues em Políticas Públicas para População LGBTQIA+ (CFP, 2023).

Essa crítica se articula diretamente ao contexto material de vulnerabilidade em que essas populações estão inseridas. Dados recentes da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA, 2025) mostram que o Brasil segue liderando o ranking mundial de assassinatos de pessoas trans e travestis. A cidade de São Paulo, destacada por concentrar a maior população do país, com mais de 11 milhões de habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), reflete desigualdades estruturais que marcam a trajetória da população trans. Em estudo conduzido com 672 pessoas trans e

[6] Neste estudo, optou-se pelo uso da expressão "pessoas trans" para englobar sujeitos cuja identidade de gênero não corresponde ao gênero atribuído ao nascimento, incluindo transgênero, travestis, transexuais e pessoas que não se identificam com qualquer gênero binário. Essa escolha reconhece a diversidade das experiências e a ausência de consenso terminológico no Brasil, onde diferentes pessoas adotam termos variados como transgênero ou *queer* para se autodefinirem (Jesus, 2012).

[7] Utiliza-se aqui a sigla LGBTQIA+ na acepção ampliada e inclusiva adotada pelo Conselho Federal de Psicologia, que abrange 'lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queers, intersexos, assexuais e outras identidades sexuais e de gênero', conforme Portaria CFP nº 74, de 28 de junho de 2023, reforçada nas referências técnicas de atuação em políticas públicas.

travestis no estado de São Paulo, 82,3% declararam estar ocupadas, sendo que apenas 14% possuíam vínculos formais de trabalho, enquanto 53,9% atuavam por conta própria e 40,6% exerciam trabalho sexual (Silva *et al.*, 2020). A baixa inserção no mercado formal e a elevada taxa de informalidade revelam um cenário de exclusão que se agrava diante da ausência de ações públicas de longo prazo, ampliando os efeitos do estigma e expondo esses corpos ao adoecimento, à precariedade e à institucionalização compulsória.

Diante desse cenário, torna-se urgente questionar criticamente a atuação da Psicologia frente à produção de estigmas no cuidado em saúde mental. Este artigo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática da literatura sobre os desafios relacionados ao acesso e ao cuidado em saúde mental de pessoas trans, com ênfase na interface com a atuação psicológica. A pesquisa está fundamentada nos princípios éticos da profissão (CFP, 2005) e utiliza o protocolo PRISMA para a sistematização e análise dos estudos. Foram consideradas produções científicas publicadas entre 2018 e 2024 nas bases SciELO, Lilacs, Periódicos CAPES e PubMed, priorizando investigações empíricas e com foco na realidade brasileira.

Ao organizar e analisar os achados da produção científica recente, esta revisão visa evidenciar os estigmas que perpassam o cuidado em saúde mental e as implicações ético-políticas da atuação da Psicologia na promoção de práticas afirmativas. Os principais resultados indicam que, embora haja avanços normativos, ainda predominam discursos patologizantes e condutas descontextualizadas que fragilizam o vínculo terapêutico e reforçam desigualdades estruturais. O enfrentamento desses atravessamentos exige a escuta sensível, a crítica às práticas clínicas cristalizadas e o reconhecimento da legitimidade das experiências trans como formas plurais de existir, sofrer e resistir.

2 METODOLOGIA

2.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A estratégia metodológica eleita é a revisão sistemática de literatura. Tratando-se de uma técnica metodológica de pesquisa que possibilita a síntese sobre produções a partir de um tema estipulado, buscando identificar novas possibilidades de análise, e, a integração de conhecimentos que possam facilitar outras concepções sobre um questionamento específico sobre o tema considerado (Sampaio; Mancini, 2007).

2.2 MÉTODO

Para tanto, utilizamos o PRISMA (*Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses*) no processo de elaboração da revisão. O PRISMA é uma diretriz internacional criada para orientar o planejamento, condução e relato de revisões sistemáticas e meta-análises, promovendo rigor científico, transparência e qualidade (Galvão *et al.*, 2015). Ele

inclui uma lista de verificação com 27 itens e um fluxograma que detalha o processo de triagem dos estudos, desde a identificação até a inclusão final, garantindo clareza e rastreabilidade (Page *et al.*, 2023). Atualizado em 2020, o PRISMA incorpora avanços metodológicos modernos, enfatizando a avaliação de vieses, limitações e a utilização de métodos robustos para busca, seleção e síntese de evidências. (Martins *et al.*, 2021).

Inicialmente, para a construção da revisão realizamos uma pergunta de partida, utilizando a estratégia PICO (População; Interesse e Contexto) que pudesse orientar a análise, sendo esta: "Quais são as principais críticas e proposições sobre a atuação da Psicologia no cuidado em saúde mental de pessoas trans?".

Para refinar este processo utilizou-se da plataforma "BVS Descritores" para identificar os resultados mais relevantes para a temática em questão. As buscas nas bases de dados foram realizadas por meio de combinações de descritores e palavras-chave, utilizando os operadores booleanos AND e OR. A partir disto, e considerando a estratégica PICO os buscadores utilizados foram os seguintes: PORTUGUÊS: "(Transexuais OR transexual OR travestis OR "pessoas transgênero" OR "pessoa transgênero" OR "transgênero") AND (Saúde Mental)"; e; "(Transexuais OR transexual OR travestis OR "pessoas transgênero" OR "pessoa transgênero" OR "transgênero") AND (Psicologia)". Em INGLÊS: "*Transsexuals* OR *transsexual* OR *transgender people* OR "*transgender person*" OR "*transgender*" OR "*transvestites*" AND "*mental health*"; e; "(*Transsexuals* OR *transsexual* OR *transgender people* OR "*transgender person*" OR "*transgender*" OR "*transvestites*") AND (*Psychology*)".

Com base na questão norteadora PICO, conduzimos as buscas em quatro bases de dados: SciELO, LILACS, PubMed e Periódicos CAPES, a escolha pelas plataformas foi feita por agregarem outras bases de dados, possibilitando maior diversidade de produções. A busca foi realizada no mês de setembro a outubro de 2024. Foi considerado o recorte temporal de 6 anos, delimitando para textos de artigos revisados por pares no período de 2018 a 2024. O marcador de tempo utilizado foi o ano de 2018 até o momento atual da coleta. Este ano foi eleito por considerarmos a Resolução Nº 1, de 29 de janeiro de 2018, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) que estabelece normas de atuação para às psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis.

2.3 CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar o objetivo desta pesquisa, foram definidos critérios de inclusão e exclusão que orientaram a seleção dos estudos analisados. Esses critérios encontram-se organizados na Tabela 1, a seguir.

TABELA 1 – Critérios de Inclusão e Exclusão

Critérios de Inclusão	Critérios de Exclusão
a) Estudos que abordem temas relacionados à saúde mental.	a) Artigos com foco em pessoas trans sem ênfase em saúde mental
b) Estudos que discutam a atuação da Psicologia	b) Amostras ou conceitos de pesquisa excessivamente específicos
c) Participação de amostras relevantes ao tema	c) Artigos que abordam saúde mental sem foco em pessoas trans
d) Pesquisas qualitativas	d) Artigos indisponíveis ou incompletos
e) Pesquisas no contexto brasileiro	e) Estudos não empíricos ou em idiomas desconhecidos pelos autores

Fonte: Autores (2025)

Após a coleta nos bancos de dados preestabelecidos, procedeu-se à etapa de Avaliação pelos Juízes, essa fase foi conduzida por cinco integrantes da equipe de pesquisa. Quatro desses pesquisadores foram organizados em duas duplas, responsáveis por realizar a análise dos artigos segundo os critérios de elegibilidade previamente definidos. Para assegurar a confiabilidade da triagem, cada artigo foi avaliado de forma independente por, no mínimo, dois avaliadores. A análise foi sistematizada por meio de planilhas organizadas conforme o idioma dos buscadores, contendo colunas identificadas como Juiz 1, Juiz 2 e Desempate. Os avaliadores atribuíram códigos numéricos às suas decisões, segundo a seguinte legenda: (1) Incluir, (2) Não incluir e (3) Dúvida.

Nos casos em que se verificaram divergências nas avaliações ou marcações como "dúvida", a quinta integrante da equipe, professora orientadora da pesquisa, foi acionada como terceira revisora, com a finalidade de decidir pela inclusão ou exclusão do estudo em questão. Tal procedimento foi adotado com o propósito de garantir a transparência, a consistência e o controle de vieses na seleção dos estudos que compõem o corpus final da presente revisão.

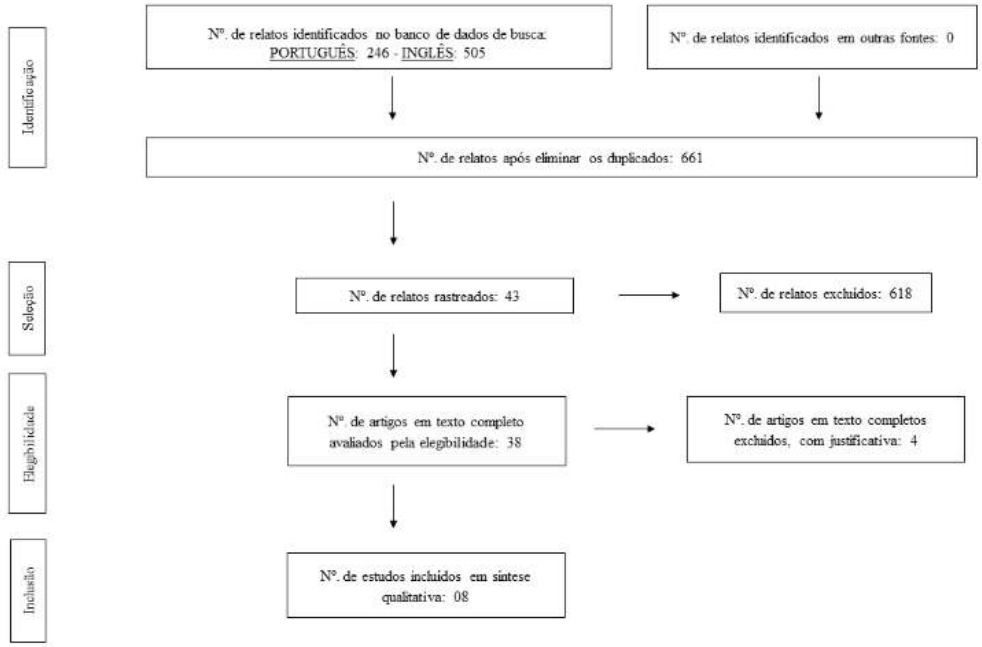
Dos 751 artigos selecionados, 90 artigos duplicados foram excluídos. Após a análise com base nos critérios de elegibilidade, 618 artigos foram descartados. Os principais motivos de exclusão foram: amostras ou conceitos de pesquisa muito específicos, artigos que não abordavam temas relacionados à saúde mental e artigos que não possuíam uma abordagem empírica. Assim, 16 artigos foram selecionados para a análise final. Após a realização do fichamento, leitura integral e considerações pertinentes, foram escolhidos 8 artigos para a inclusão na revisão sistemática.

2.4 FRAMEWORK

O processo de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos analisados está sintetizado na Figura 1, elaborada conforme as diretrizes do protocolo PRISMA (Page *et*

al., 2023), com base nos critérios de inclusão e exclusão apresentados na Tabela 1, que orientaram todas as etapas do processo.

FIGURA 1 – Fluxograma da Revisão Sistemática



Fonte: Elaborado pelos autores com base em modelo do PRISMA 2020 (Page et al., 2023).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise dos oito estudos selecionados, foi possível identificar questões relacionadas à identidade estigmatizada, aos desafios enfrentados por pessoas trans no acesso à serviços de saúde mental, bem como os entraves e potencialidades na atuação da Psicologia nesse contexto. Os artigos analisados variam quanto à região de realização, formação dos autores(as), gênero e abordagem teórica, conforme ilustrado na Tabela 2.

TABELA 2 – Características dos estudos analisados

Referência	Objetivo do Estudo	Abordagem	Identidade de gênero autoral	Região	Formação Acadêmica
BORGERT, *et al.*, 2023	Compreender o processo saúde-doença-cuidado dessas pessoas e seu acesso aos serviços de saúde na cidade de Curitiba PR, Brasil.	Psicossocial	Mulher Trans Gênero	Sul	Medicina
CAZEIRO, *et al.*, 2022	Refletir sobre os itinerários terapêuticos de pessoas trans em Cuiabá-MT, com foco no cuidado em saúde via Processo Transexualizador no SUS e seus desafios para a psicologia.	Biomédica	Homem Cis Gênero	Centro-Oeste	Psicologia
MEDEIROS, *et al.*, 2024	Explorar, na perspectiva de mulheres trans do Cariri (CE), fatores de estresse e resiliência no acesso à saúde no interior do Nordeste.	Psicossocial	Homem Cis Gênero	Nordeste	Medicina
MAGNO, *et al.*, 2018	Analisar experiências de estigmatização e a relação entre estigma e performances femininas nas trajetórias de vida.	Psicossocial	Homem Cis Gênero	Nordeste	Enfermagem
MOREIRA, *et al.*, 2019	Viabilizar a mudança de registro civil para adequar nome e identidade de gênero.	Psicossocial	Mulher Cis Gênero	Sudeste	Psicologia
OLIVEIRA, *et al.*, 2020	Compreender a construção das trajetórias de pessoas trans nas políticas públicas de saúde em um município do interior do Rio Grande do Sul.	Psicossocial	Mulher Cis Gênero	Sul	Psicologia
OLIVEIRA, *et al.*, 2022	Analisar o itinerário terapêutico de pessoas trans na Bahia, focando no cuidado pelo SUS e experiências em serviços formais e informais.	Psicossocial	Homem Cis Gênero	Nordeste	Enfermagem
ZUCCHI, *et al.*, 2019	Estimar fatores associados ao bem-estar psicológico de travestis e mulheres transexuais.	Psicossocial	Mulher Cis Gênero	Sul	Medicina

Fonte: Autores (2025)

Os artigos, apesar das diferenças regionais e teóricas, compartilham, em sua maioria, uma perspectiva crítica psicossocial que contrapõe a lógica biomédica predominante nos serviços públicos de saúde, evidenciando tensões entre patologização e cuidado afirmativo. A abordagem psicossocial predominante nos estudos é compreendida aqui como aquela que busca articular o cuidado em saúde mental a partir da subjetividade e das condições sociais de existência dos sujeitos (Alves; Francisco, 2009). Essa abordagem contrasta com a racionalidade biomédica presente em parte dos estudos, mais voltada à patologização das identidades e à validação normativa de gênero (Vasconcelos, 2009).

Dos estudos incluídos nesta revisão sistemática, apenas um contou com autoria de uma mulher trans. Embora esse dado evidencia uma baixa representatividade nos artigos

analisados, é necessário destacar que essa ausência não se refere à inexistência de produções acadêmicas de pessoas trans, mas sim às bases de dados utilizadas (PubMed, LILACS, SciELO e Periódicos CAPES), que não contemplam a totalidade e diversidade das produções científicas brasileiras. Essa constatação não deve ser interpretada como ausência de produções acadêmicas, mas sim como um reflexo das limitações estruturais dos sistemas tradicionais de indexação científica, que nem sempre tornam visíveis essas produções, sobretudo quando se originam de espaços e perspectivas contra-hegemônicos.

Essa situação revela barreiras estruturais para a visibilidade das produções trans em espaços acadêmicos tradicionais (Silveira; Pereira de Souza, 2023) e evidencia a assimetria nas práticas de cuidado em saúde mental, muitas vezes oferecidas por profissionais cisgêneros a pessoas trans. Reconhecer essa desigualdade reforça a importância de políticas inclusivas e da valorização dos saberes produzidos por essas populações, não apenas como objeto de estudo, mas como produtoras legítimas de conhecimento (Globo Rádio, 2018). A escuta atenta às produções de pesquisadoras/es trans, como propõe Jaqueline Gomes de Jesus, demanda da psicologia um compromisso ético-político com a pluralidade das vivências e com epistemologias emergentes das margens, produzidas pelo corpo e pela experiência (Jesus, 2024).

3.1 OS ESTIGMAS NO ACESSO À SAÚDE MENTAL DE PESSOAS TRANS

Os estudos analisados destacam que a estigmatização atravessa múltiplas dimensões da vida das pessoas trans, com impacto direto sobre sua saúde mental (Magno *et al*., 2018; Zucchi *et al*., 2019). Barreiras como a precariedade socioeconômica, a violência institucional e a discriminação familiar e comunitária são fatores recorrentes que afetam o bem-estar e dificultam o acesso a serviços públicos de cuidado. A baixa escolaridade, a instabilidade habitacional e a ausência de redes de apoio estão associadas a índices mais baixos de equilíbrio psíquico (Cazeiro *et al*., 2022; Silva, 2016).

A violência verbal, sexual e simbólica, frequentemente experienciada em ambientes familiares, comunitários e institucionais, acentua esse sofrimento. Bento (2014) ressalta que tais agressões têm impactos profundos na vida dessas pessoas. Alves (2020) destaca, por exemplo, que a recusa ao uso do nome social por profissionais de saúde configura uma violência institucional que compromete a confiança e afasta essa população do cuidado. Além disso, Silva (2016) aponta a rejeição familiar como um fator central na ausência de redes de apoio, contribuindo para níveis elevados de sofrimento emocional.

Embora avanços legais, como o Decreto nº 8.727/2016 e a Portaria nº 2.803/2013, que garantem o uso do nome social e o acesso a procedimentos pelo SUS, sejam reconhecidos como importantes, esses dispositivos normativos nem sempre se traduzem em práticas acolhedoras (Moreira; Patelli, 2019). Isso revela uma dissonância

entre as políticas e a implementação cotidiana nos serviços, reforçando o sofrimento ético-político dessas populações.

O sofrimento de pessoas trans é intensificado pela escassez de políticas intersetoriais que abranjam saúde, moradia e assistência jurídica (Oliveira; Romanini, 2020; Cazeiro *et al.*, 2022). Em contextos de racismo, pobreza e transfobia, a saúde mental torna-se mais vulnerável, com a discriminação associada a desfechos como depressão e ansiedade (Magno *et al.*, 2018; Zucchi *et al.*, 2019). A análise da interseccionalidade entre gênero, raça e classe é, portanto, fundamental para a formulação de políticas públicas que garantam um cuidado seguro e respeitoso (Oliveira *et al.*, 2022; Oliveira, 2018).

3.2 A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA JUNTO À PESSOAS TRANS

A relação histórica da psicologia com as identidades de gênero não cis-heteronormativas tem sido marcada por processos de normalização e controle. Essa abordagem delegou à psicologia o poder de decisão sobre a legitimidade das identidades trans, com uma atuação frequentemente orientada pela busca de um "transexual verdadeiro" (Cazeiro *et al.*, 2022). Tal prática revela a dominância de uma racionalidade biomédica, na qual a equipe multiprofissional se submete a lógicas de diagnóstico patologizante (Oliveira *et al.*, 2022; Cazeiro *et al.*, 2022).

Essa lógica se reflete diretamente na experiência de cuidado. No estudo conduzido por Cazeiro *et al.* (2022) sobre o Processo Transexualizador no SUS, um homem trans relatou que sua psicóloga confundia identidade de gênero com orientação sexual, enquanto uma mulher trans apontou que um laudo patologizante foi o que, paradoxalmente, facilitou a aceitação de sua família. Tais relatos evidenciam como o poder público, ao condicionar o acesso ao processo transexualizador à exigência de apoio psicológico, pode reforçar práticas excludentes que desconsideram a autonomia de pessoas trans sobre seus corpos e subjetividades (Nascimento, 2023).

Essas práticas de intervenção entram em conflito direto com as diretrizes éticas da profissão, como a Resolução nº 01/2018 do CFP, que veda o uso de técnicas para reforçar preconceitos e proíbe terapias de conversão. A recente atualização da CID-11, que remove a transexualidade da categoria de transtornos mentais, também representa um avanço importante contra a patologização e o estigma nos serviços de saúde (Borgert *et al.*, 2023).

Diante desse cenário, emergem outras possibilidades de atuação para a psicologia, com foco em intervenções psicossociais e na criação de espaços coletivos que promovam o reconhecimento e a inclusão social. A experiência do grupo TranspareSer, por exemplo, evidencia como a formação de grupos pode ser uma estratégia eficaz para a troca de informações, minimização de danos e fortalecimento coletivo para o enfrentamento de demandas, como a retificação do registro civil (Moreira; Patelli, 2019). Essa abordagem amplia a potência de vida para além de intervenções individualizantes.

Como ressalta Jesus (2012), o discurso psicológico pode tanto sustentar práticas excludentes quanto promover rupturas, a depender do posicionamento ético-político de quem o enuncia. Nesse sentido, a atuação da Psicologia junto às pessoas trans requer um compromisso ativo com a despatologização das identidades de gênero e com o enfrentamento da transfobia institucionalizada.

Portanto, é essencial que profissionais de saúde mental, especialmente psicólogas(os), estejam preparados para lidar com as interseccionalidades que permeiam as experiências de pessoas trans (Oliveira *et al.*, 2022). A prática profissional, nesse contexto, exige um questionamento crítico dos modelos normativos e patologizantes, dando lugar a um acolhimento empático que valide a autonomia e a pluralidade das experiências de vida, dor e resistência de pessoas trans (Cazeiro *et al.*, 2022).

3.3 EXPERIÊNCIAS E PROPOSTAS DE CUIDADO INCLUSIVO

A superação das barreiras enfrentadas por pessoas trans no acesso à saúde exige um compromisso coletivo para desmontar a cisnormatividade presente nas instituições (Cazeiro *et al.*, 2022; Magno *et al.*, 2018). Este viés estrutural promove práticas que dificultam o acesso ao cuidado, invalidam identidades e perpetuam estigmas, mantendo um ciclo de exclusão (Oliveira *et al.*, 2022; Borgert *et al.*, 2023). Nesse cenário, a Psicologia e os profissionais de saúde mental desempenham um papel crucial não apenas no atendimento individual, mas na formulação de políticas públicas mais inclusivas e na sensibilização de outras equipes de saúde (Cazeiro *et al.*, 2022; Moreira; Patelli, 2019).

O impacto dessa exclusão institucional é sentido diretamente na vida dos indivíduos, o receio constante de sofrer preconceito ou discriminação constitui uma barreira que leva muitas pessoas trans, a evitar ou postergar a busca por cuidados adequados (Borgert *et al.*, 2023; Medeiros *et al.*, 2024). Práticas como a recusa em usar o nome social representam gestos que invalidam a identidade de gênero, causando danos psicológicos e reforçando a marginalização (Medeiros *et al.*, 2024). O respeito a esses marcadores identitários, por outro lado, interfere positivamente no bem-estar psicológico e na adesão ao cuidado (Zucchi *et al.*, 2019).

Diante disso, o acolhimento de pessoas trans demandam uma abordagem que ultrapasse a clínica e o foco exclusivo em procedimentos, incluindo os múltiplos fatores sociais, culturais e psicológicos que influenciam suas experiências (Borgert *et al.*, 2023). A construção de vínculos de confiança entre profissionais e usuários é uma condição fundamental para o sucesso das políticas públicas (Oliveira *et al.*, 2022). A criação de espaços coletivos, como grupos de apoio, também possibilita a formação de redes que minimizam danos e fortalecem a autonomia e a subjetividade dos participantes (Moreira; Patelli, 2019; Jesus, 2024).

Para enfrentar esses desafios de forma sistêmica, a capacitação contínua dos profissionais de saúde é imprescindível (Oliveira; Romanini, 2020; Oliveira *et al.*, 2022). Essa formação deve abordar as dimensões biológicas, psicológicas e socioculturais das pessoas trans, com foco na desconstrução de preconceitos e na superação de visões patologizantes (Cazeiro *et al.*, 2022; Borgert *et al.*, 2023). Portanto, a educação permanente, especialmente nas instituições formadoras, deve priorizar a inclusão da diversidade de gênero nas diretrizes curriculares, preparando futuras gerações para um cuidado mais ético, inclusivo e politicamente engajado (Borgert *et al.*, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo identificar e analisar, por meio de uma revisão sistemática, os estigmas no acesso e cuidado em saúde mental de pessoas trans. Os achados evidenciam que, apesar dos avanços normativos, a experiência dessa população nos serviços de saúde ainda é atravessada por barreiras institucionais. Práticas cisnormativas e discursos patologizantes fragilizam o vínculo terapêutico e reforçam desigualdades estruturais.

Os resultados desta revisão apontam para uma dissonância crítica entre as políticas públicas de saúde e sua implementação cotidiana. Embora o Brasil possua marcos legais inclusivos, a realidade nos serviços frequentemente reproduz uma lógica biomédica e patologizante. Tal modelo limita a autonomia dos sujeitos e desconsidera a pluralidade de suas vivências. A inovação desta análise reside em mapear como o estigma opera em dois níveis. O primeiro é o acesso, dificultado pelo receio da discriminação e por barreiras socioeconômicas. O segundo é a condução do cuidado, onde o despreparo profissional e a invalidação de identidades comprometem a eficácia terapêutica.

A atuação da Psicologia, nesse cenário, revelou-se ambígua. Historicamente, a profissão exerceu um papel de normalização e controle, centralizando o poder de legitimar identidades a partir da busca por um "transexual verdadeiro". Essa herança ainda se reflete em práticas que reforçam estigmas e a submissão a um modelo biomédico. Contudo, os estudos também destacam um movimento crescente na Psicologia em direção a uma prática crítica e politicamente engajada. Essa nova abordagem questiona a patologização e busca construir, junto aos movimentos sociais, formas de cuidado mais afirmativas e pautadas nos direitos humanos.

Para transformar o cenário identificado, recomenda-se que a atuação profissional em saúde mental ultrapasse o foco clínico individual. É fundamental o fortalecimento de intervenções psicossociais, como a criação de grupos de apoio, que se mostraram eficazes na construção de redes de suporte e no fortalecimento da autonomia. O uso consistente do nome social e o desenvolvimento de uma escuta sensível, são exemplos de impacto positivo no bem-estar psicológico e a adesão ao cuidado, práticas afirmativas são gestos essenciais de validação.

Por fim, a recomendação mais estruturante é o investimento na educação permanente dos profissionais de saúde, com ênfase na reforma das diretrizes curriculares. A formação em Psicologia e áreas afins deve incorporar de forma transversal as discussões sobre diversidade de gênero, interseccionalidade e o combate à transfobia. Somente a partir da desconstrução de preconceitos na base da formação será possível preparar futuras gerações de profissionais para um cuidado ético, despatologizante e comprometido com a equidade e a justiça social.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Com 105 mortes em 2024, Brasil é o país que mais mata pessoas trans. **Agência Brasil**, Brasília, 23 jan. 2025. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2025-01/com-105-mortes-em-2024-brasil-e-o-pais-que-mais-mata-pessoas-trans. Acesso em: 26 ago. 2025

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **Nome sui generis**: o nome (social) como dispositivo de identificação de gênero. Belo Horizonte: Sociedade Mineira de Cultura – Editora PUC Minas, 2020.

ALVES, Edvânia dos Santos; FRANCISCO, Ana Lúcia. Ação psicológica em saúde mental: uma abordagem psicossocial. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 29, n. 4, p. 12, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000400009. Acesso em: 26 ago. 2025

AVELAR, R. B. de.; RODRIGUES GONÇALVES, J. V.; MENDES, A.; QUEIROZ, T. A. (Trans)gredindo preconceitos? : a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho. **Historiæ**, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2022. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740. Acesso em: 26 ago. 2025

BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. **Contemporânea**, v. 4, n. 1, p. 165-182, 2014.

BORGERT, V.; STEFANELLO, S.; SIGNORELLI, M. C.; SANTOS, D. V. D. D. "A gente só quer ser atendida com profissionalismo": experiências de pessoas trans sobre atendimentos de saúde em Curitiba-PR, Brasil. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 33, p. e33036, 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. População do Brasil chega a 212,6 milhões de habitantes, aponta IBGE. **Portal Gov.br**, 30 ago. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/08/populacao-do-brasil-chega-a-212-6-milhoes-de-habitantes-aponta-ibge. Acesso em: 26 ago. 2025.

CARRIJO, G. G.; SIMPSON, K.; RASERA, E. F.; TEIXEIRA, F. B. Gravando: desafios para (re)contar narrativas do (no) movimento social de travestis brasileiras. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 32, n. 3, p. 277-284, 2020.

CAZEIRO, F. et al. Processo transexualizador no SUS: questões para a Psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização. **Psicologia em Estudo**, v. 27, p. e48503, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.4025/psicolestud.v27i0.48503. Acesso em: 26 ago. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023.

FAVERO, Sofia. Como atender travestis e pessoas trans? (des)cisgenerizando o cuidado em saúde mental. **Cadernos Pagu**, v. 0, p. e226613, 2023. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cpa/a/wv34FdrtmzG3fQTQNmvkJJM. Acesso em: 26 ago. 2025.

GALVÃO, Taís Freire; PANSANI, Thais de Souza Andrade; HARRAD, David. Principais itens para relatar Revisões sistemáticas e Meta-análises: A recomendação PRISMA. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 335-342, 2015.

GLOBO RÁDIO. Pesquisadores trans ainda enfrentam desconfiança. **CBN**, 29 mai. 2018. Disponível em: https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/185983/pesquisadores-trans-ainda-enfrentam-desconfianca-s.htm. Acesso em: 26 ago. 2025.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues. As barreiras sociais que afastam a população transexual na busca pela permanência no sistema educacional. *In*: CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UEG, 5., 2018, Pirenópolis. **Anais** [...]. Pirenópolis: Universidade Estadual de Goiás, 2018. Disponível em: https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/13310. Acesso em: 26 ago. 2025.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues. **Da esquina à escola**: (re)inserção educacional de travestis e transexuais do programa Transcidadania. 2023. 56p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Escola de Políticas Públicas e Governo, Fundação Getúlio Vargas, Brasília, 2023. Disponível em: https://hdl.handle.net/10438/33788. Acesso em: 26 ago. 2025.

GONÇALVES, João Vitor Rodrigues; TRUJILLO, Ricardo Antonio Simancas. Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás. **Pensamento Americano**, v. 13, n. 26, pág. 33–50, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419. Acesso em: 26 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades e Estados. **IBGE**, s.d.. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html. Acesso em: 26 ago. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, v. 2, p. 42, 2012.

JESUS, Jaqueline Gomes de; OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de; TORRES, Marco Antonio; RASERA, Emerson Fernando. Desafios e perspectivas atuais nos debates sobre minorias sexuais e de gênero. *In*: RASERA, Emerson Fernando (org.). **Ser-Tão crítico na Psicologia Social**: produzindo vozes em tempos de necropolítica. Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros, 2024. p. 45–55.

MAGNO, Laio; DOURADO, Inês; SILVA, Luis Augusto Vasconcelos da. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00135917, 2018.

MARTINS, João et al. O objetivo do PRISMA é... **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 55, p. 1-10, 2021. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCF. Acesso em: 26 ago. 2025.

MEDEIROS, M. A.; GOMES, S. M.; SPINELLI JUNIOR, V. F. Fatores de estresse e resiliência no acesso e utilização de serviços de saúde por travestis e mulheres transexuais no nordeste brasileiro. **Saúde e Sociedade**, v. 33, n. 1, p. e220904pt, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902024220904pt. Acesso em: 26 ago. 2025.

MELLO, L.; AVELAR, R. B. DE .; MAROJA, D. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. **Sociedade e Estado**, v. 27, n. 2, p. 289–312, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-69922012000200005. Acesso em 26 ago. 2025.

MOREIRA, M. I. C.; PATELLI, C. F. TranspareSer: Autonomia e Exercício de Direitos de um Coletivo de Pessoas Transexuais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, n. spe3, p. e228497, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1982-3703003228497. Acesso em: 26 ago. 2025.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira. Quantas solidões habitam a corpa de uma travesti negra e gorda? **Psicologia & Sociedade**, v. 35, p. e277385, 2023.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. (Re)escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. e170961, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0104-12902020170961. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA, P. H. L. de et al. Itinerário terapêutico de pessoas transgênero: assistência despersonalizada e produtora de iniquidades. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 32, n. 2, p. e320209, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73312022320209. Acesso em: 26 ago. 2025.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. Transexistências negras: O lugar de travestis e mulheres transexuais negras no Brasil e em África até o século XIX. *In*: **Corpo, gênero e sexualidade**: resistência e ocupa (ações) nos espaços de educação, 2018, p. 69.

PAGE, M. J. et al. A declaração PRISMA 2020: diretriz atualizada para relatar revisões sistemáticas. **Revista Panamericana de Saúde Pública**, v. 46, e112, 2023.

PEDRA, C. B. et al. Políticas Públicas para Inserção Social de Travestis e Transexuais: Uma Análise do Programa "Transcidadania". **Revista de Ciências do Estado**, v. 3, n. 1, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2018.5091 . Acesso em: 28 de ago. 2025.

RODRIGUES GONÇALVES, João Vitor; MEIRA, Liziane Angelotti. Public policy for trans people: lessons from Brazil for social inclusion. **Development Policy Review**, v. 43, n. 4, e70015, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1111/dpr.70015. Acesso em: 26 ago. 2025.

SALGARELLO, L. S.; PROTTI, L. M. L. Disparidade de acesso a serviços de saúde mental por pessoas transgênero: uma revisão integrativa sobre intervenções e desfechos. **Brazilian Journal of Health Review**, [*S. l.*], v. 7, n. 10, p. e75791, 2024. Disponível em: https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/75791. Acesso em: 26 ago. 2025

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Brazilian Journal of Physical**, 2007.

SILVA, Glauber Weder dos Santos et al. Situações de violência contra travestis e transexuais em um município do nordeste brasileiro. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, n. 02, p. e56407, 2016.

SILVA, M. A. da; LUPPI, C. G.; VERAS, M. A. de S. M. Trabalho e saúde na população transexual: fatores associados à inserção no mercado de trabalho no estado de São Paulo, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. 5, p. 1723–1734, 2020. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVA FILHO, A. L. **Em busca do outro masculino**: Grupos de homens no Distrito Federal. 2021. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/41887. Acesso em: 26 ago. 2025.

SILVEIRA, Helena; PEREIRA DE SOUZA, Raquel. Interseccionalidade e saúde mental: uma análise da produção científica. **Revista Latino-Americana de Análise do Comportamento**, Curitiba, v. 9, n. 2, p. 281-303, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.9.i2.0016. Acesso em: 26 ago. 2025.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 408-417, 2014.

ZUCCHI, Eliana Miura et al. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, p. e00064618, 2019.

Recebido em: 27/02/2025
Aceito em: 27/08/2025